

Estudo Técnico Preliminar

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de atendimento a demanda pública vinculada ao acesso principal do Município de Tarumã/SP, situado em área urbana de expressiva relevância funcional, territorial e simbólica, cuja intervenção será viabilizada com recursos provenientes de convênio firmado para essa finalidade. Trata-se de espaço com intensa circulação de veículos e pedestres, que desempenha papel estratégico na mobilidade urbana, na segurança dos deslocamentos, na promoção da acessibilidade e na própria identidade visual de ingresso à cidade.

O cenário atualmente verificado demonstra a necessidade de atuação administrativa, uma vez que o local demanda intervenções voltadas ao aprimoramento das condições de uso, circulação e fruição do espaço público. As carências identificadas envolvem, de forma articulada, a segurança viária, a mobilidade urbana, a acessibilidade e a qualificação do ambiente urbano, de modo a assegurar condições adequadas de utilização por toda a coletividade, inclusive por pessoas com deficiência, idosos e usuários com mobilidade reduzida.

A contratação pretendida está diretamente relacionada ao dever da Administração Pública de garantir infraestrutura urbana compatível com o interesse público, especialmente em área que constitui importante ponto de entrada, conexão e orientação no território municipal, observando-se, ainda, as condições e finalidades pactuadas no instrumento de convênio que ampara a execução do empreendimento. A permanência de condições inadequadas nesse espaço pode comprometer a segurança dos usuários, prejudicar a organização dos fluxos urbanos, afetar a percepção de acolhimento da cidade e reduzir a eficiência da utilização coletiva da área pública.

Cumprir destacar, ainda, que a necessidade administrativa extrapola a dimensão estritamente física da intervenção, assumindo também relevância social, urbana e econômica. A adequada estruturação dessa área repercute positivamente na qualidade de vida da população, favorece melhores condições de circulação e convivência no espaço urbano e contribui para a valorização do Município, com reflexos em seu desenvolvimento local e regional. Em contextos dessa natureza, impõe-se atuação capaz de harmonizar segurança, acessibilidade, funcionalidade, ordenamento urbano e atendimento ao interesse coletivo.



Há, também, desafio técnico e administrativo relevante na definição da alternativa mais adequada para atendimento da demanda pública existente, mediante planejamento compatível com as normas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade, à segurança dos usuários, ao adequado aproveitamento do espaço urbano e à eficiência da atuação administrativa. O contexto, portanto, exige avaliação técnica consistente, capaz de subsidiar contratação futura aderente às reais necessidades do Município, aos resultados almejados pela Administração e às obrigações decorrentes do ajuste celebrado.

Assim, a necessidade da contratação fundamenta-se na existência de demanda pública concreta e atual, voltada à melhoria das condições de uso de área urbana estratégica, com ênfase na segurança, na mobilidade, na acessibilidade, na funcionalidade e na qualificação do espaço público, em conformidade com o interesse coletivo, com as finalidades públicas envolvidas e com a execução do objeto pactuado por meio de convênio firmado com a Secretaria de Governo e Relações Institucionais do estado de São Paulo.

3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
Administração AgroObras	Valdecir Francisco Aparecido Almeida

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Município não elaborou formalmente o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício correspondente.

Ainda assim, a contratação pretendida encontra-se alinhada ao planejamento institucional e orçamentário vigente, por estar relacionada à melhoria da infraestrutura urbana em área estratégica de acesso ao Município, em conformidade com as ações administrativas voltadas à mobilidade, acessibilidade, segurança viária e qualificação do espaço público.

A demanda também apresenta compatibilidade com a programação orçamentária existente, inclusive com previsão de recursos para sua execução e contrapartida municipal.

Assim, a ausência do PCA não impede o prosseguimento da contratação, uma vez que a demanda é compatível com os instrumentos de planejamento e orçamento vigentes.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá ter por objeto a execução de obra de engenharia destinada à revitalização e ao recapeamento asfáltico da entrada da cidade de Tarumã/SP, nos termos do Convênio nº 100640/2026, compreendendo a execução



integral dos serviços previstos nos documentos técnicos que instruirão o certame, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários ao atendimento do objeto.

A futura contratação deverá observar, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas técnicas aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia, inclusive aquelas relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, qualidade dos materiais, desempenho dos serviços, sinalização e regularidade da execução.

Como requisito técnico, a empresa a ser contratada deverá possuir aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, mediante demonstração de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, na forma da legislação aplicável, inclusive com indicação de responsável técnico legalmente habilitado e registro no conselho profissional competente.

A contratação deverá exigir que a execução observe fielmente o projeto, o memorial descritivo, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as especificações técnicas e demais peças elaboradas pela Administração, não sendo admitida a execução em desconformidade com os padrões definidos no processo de contratação.

Também constituem requisitos da contratação o cumprimento dos prazos fixados para execução, a observância das condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e no convênio que viabiliza o empreendimento, bem como a manutenção, durante toda a execução contratual, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No tocante à execução, deverá ser exigido que a contratada adote as medidas necessárias para organização do canteiro, proteção das áreas de intervenção, sinalização adequada, segurança dos usuários e trabalhadores, destinação regular dos resíduos gerados e preservação das condições de tráfego e circulação, na medida do que for compatível com a natureza da obra.

A contratação também deverá observar requisitos relacionados à acessibilidade, de modo que a solução executada atenda às normas técnicas e à legislação vigente, especialmente quanto à utilização segura e adequada do espaço por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No aspecto administrativo, deverão ser exigidas da contratada condições para medição dos serviços executados, apresentação de documentação técnica pertinente, emissão das anotações de responsabilidade técnica cabíveis, atendimento às determinações da fiscalização e suporte às rotinas de controle, recebimento do objeto e prestação de contas, quando necessário.

Assim, os requisitos da contratação compreendem exigências legais, técnicas, operacionais e administrativas indispensáveis à seleção de empresa apta a executar o objeto com qualidade, segurança, regularidade, eficiência e observância do interesse público.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A REVITALIZAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA ENTRADA DA CIDADE DE TARUMÃ/SP, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº. 100640/2026, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ E A SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.	SV	1	R\$ 1.011.290,63	R\$ 1.011.290,63

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a natureza da demanda, verificou-se que o mercado oferece, em termos práticos, diferentes possibilidades para atendimento da necessidade administrativa relacionada à revitalização da entrada da cidade, abrangendo serviços de recapeamento asfáltico, adequações urbanas e implantação de infraestrutura complementar. O objeto possui características típicas de obra de engenharia, com necessidade de execução coordenada de serviços técnicos, fornecimento de materiais, mobilização de equipamentos, observância ao projeto, ao cronograma e às especificações técnicas. No caso concreto, a intervenção envolve, entre outros aspectos, recuperação da via, iluminação, paisagismo e adequações no espaço público urbano, com execução em prazo vinculado ao convênio firmado.

7.1. Solução possível 1 – Execução direta pela própria Administração

Uma primeira possibilidade seria a execução direta, com utilização de estrutura, equipes, equipamentos e gestão operacional do próprio Município.

Como vantagens, essa solução permitiria maior controle direto sobre a rotina de execução, possibilidade de utilização de recursos humanos já vinculados à Administração e eventual flexibilidade para pequenos ajustes operacionais no curso da obra.

Como desvantagens, essa alternativa tende a apresentar limitação de capacidade operacional para execução integral de obra com múltiplas frentes técnicas, exigência de maquinário específico, necessidade de mobilização de equipe especializada em pavimentação e infraestrutura, além do risco de comprometimento das atividades ordinárias da Secretaria. Também exigiria que o Município suportasse diretamente a aquisição ou disponibilização de insumos, equipamentos, mão de obra técnica e gestão completa da execução, o que reduz a eficiência administrativa em objeto com escopo definido e prazo de execução delimitado. No caso em análise, o objeto foi estruturado para execução indireta.



7.2. Solução possível 2 – Contratações separadas por etapas ou especialidades

Outra possibilidade seria promover contratações distintas para cada parcela do objeto, por exemplo: uma contratação para recapeamento, outra para iluminação, outra para serviços complementares de urbanização e outra para eventual paisagismo.

Como vantagens, essa solução poderia, em tese, ampliar a especialização por etapa e permitir segmentação do objeto conforme cada disciplina técnica.

Como desvantagens, haveria maior complexidade administrativa para instrução, licitação, contratação, fiscalização e gestão de múltiplos contratos simultâneos, além de aumento do risco de incompatibilidades entre escopos, sobreposição de responsabilidades, dificuldades de coordenação entre empresas distintas, atraso em interfaces executivas e maior probabilidade de desequilíbrio no cronograma. Em obras urbanas integradas, a fragmentação excessiva tende a prejudicar a unidade de planejamento e a responsabilização pelos resultados. Considerando que a intervenção contempla serviços articulados em uma mesma área de acesso urbano, essa alternativa se mostra menos eficiente.

7.3. Solução possível 3 – Contratação de empresa para execução integral da obra, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e gestão técnica

A terceira possibilidade consiste na contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução integral do objeto, compreendendo a mobilização de mão de obra, equipamentos, materiais e responsabilidade técnica necessários ao atendimento das especificações do projeto e demais documentos técnicos.

Como vantagens, essa solução proporciona unidade de execução, centralização de responsabilidades, melhor compatibilização entre as etapas da obra, maior controle contratual sobre prazo, custo e qualidade, além de facilitar a fiscalização por parte da Administração. Também é a alternativa que melhor se ajusta a objetos com escopo previamente definido em projeto, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Como desvantagens, essa alternativa demanda procedimento licitatório específico, adequada definição prévia do objeto, fiscalização técnica efetiva e gestão contratual rigorosa. Também pode implicar menor flexibilidade para alterações relevantes durante a execução, razão pela qual os documentos técnicos devem estar suficientemente consistentes antes da contratação.

7.4. Solução mais adequada



Dentre as soluções levantadas, a mais adequada é a contratação de empresa especializada em engenharia civil para a revitalização e recapeamento asfáltico da entrada da cidade de Tarumã/SP.

A escolha dessa solução se justifica porque o objeto possui natureza de obra de engenharia com escopo definido, envolvendo serviços tecnicamente integrados e interdependentes, a exemplo de recapeamento asfáltico, implantação de iluminação e intervenções urbanas complementares. A execução por empresa especializada assegura maior capacidade técnica e operacional, centralização de responsabilidades, melhor compatibilização das etapas executivas, observância ao projeto básico, à planilha orçamentária e ao cronograma físico-financeiro, além de maior aderência ao regime de execução indireta e às exigências de cumprimento do convênio.

Por essas razões, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais eficiente, segura e adequada para atendimento do interesse público, com melhores condições de entrega do objeto dentro do prazo, do padrão de qualidade exigido e das condições técnico-financeiras estabelecidas.

8. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 1.011.290,63 (um milhão, onze mil, duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos)**, correspondente ao custo global previsto para a execução do objeto. O valor está compatível com o cronograma físico-financeiro consolidado da obra e com o valor total do Convênio nº 100640/2026, sendo composto por R\$ 1.000.000,00 de recursos provenientes do Estado e R\$ 11.290,63 de contrapartida do Município.

A estimativa foi formada a partir dos documentos técnicos orçamentários elaborados para a intervenção, com adoção de referências oficiais de custos, notadamente CDHU 199, SINAPI 09/2025, FDE 07/2025, em regime com desoneração, bem como aplicação de BDI resultante de 25,56%, conforme detalhamento orçamentário constante dos autos técnicos.

Memória de cálculo

A memória de cálculo da estimativa global da contratação corresponde à soma dos grupos de serviços previstos no cronograma físico-financeiro da obra, nos seguintes valores:

Serviços preliminares: R\$ 55.947,57

Recapeamento asfáltico/pavimentação: R\$ 392.239,42

Calçamento: R\$ 77.682,68

Iluminação: R\$ 469.818,21

Serviços finais: R\$ 15.602,75

Total estimado da contratação: R\$ 1.011.290,63.

Em termos de composição financeira da despesa, a memória de cálculo também pode ser demonstrada da seguinte forma:

Repasse estadual: R\$ 1.000.000,00

Contrapartida municipal: R\$ 11.290,63

Valor global estimado: R\$ 1.011.290,63.

Assim, para fins do presente Estudo Técnico Preliminar, adota-se como valor estimado da contratação o montante de R\$ 1.011.290,63, por representar o custo global atualmente consolidado para a execução do objeto, observado o orçamento técnico elaborado e a composição financeira definida no convênio.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da revitalização e do recapeamento asfáltico da entrada da cidade de Tarumã/SP, contemplando a realização de obra de infraestrutura urbana em área estratégica de acesso ao Município, nos termos do Convênio nº 100640/2026.

A contratação deverá abranger, de forma integrada, o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, responsabilidade técnica e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que instruem a contratação.

De modo global, a solução compreende a execução de serviços voltados à requalificação do espaço urbano objeto da intervenção, envolvendo recapeamento asfáltico, adequações de passeio público, implantação de infraestrutura de iluminação e demais serviços complementares necessários à plena funcionalidade da obra. Trata-se, portanto, de solução integrada, voltada à melhoria das condições de uso, circulação, segurança, acessibilidade e qualificação urbanística da entrada do Município.

A execução deverá observar as especificações técnicas definidas pela Administração, bem como as normas de engenharia, acessibilidade, segurança do trabalho, sinalização, qualidade dos materiais e exigências aplicáveis à obra pública. A contratada será responsável pela execução integral dos serviços, devendo assegurar compatibilidade entre as etapas executivas, cumprimento dos prazos estabelecidos, atendimento aos padrões de qualidade exigidos e correção de eventuais inconformidades verificadas pela fiscalização.

A solução inclui, ainda, a gestão técnica da execução do objeto, com emissão de documentação técnica pertinente, manutenção de responsável técnico habilitado, observância do cronograma pactuado, suporte às medições e atendimento às exigências necessárias ao recebimento da obra e à prestação de contas vinculada aos recursos do convênio.



Assim, a solução como um todo corresponde à execução indireta de obra de engenharia, por empresa especializada, de forma global e integrada, apta a entregar o objeto contratado com unidade de responsabilidade, padronização executiva, observância das exigências técnicas e aderência aos resultados pretendidos pela Administração Pública.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se mostra recomendável o parcelamento da contratação no presente caso.

O objeto pretendido possui natureza una e execução tecnicamente integrada, envolvendo serviços interdependentes a serem realizados em uma mesma área urbana, com necessidade de compatibilização entre etapas, métodos executivos, cronograma, responsabilidade técnica e fiscalização. A intervenção compreende conjunto articulado de serviços relacionados à requalificação do acesso ao Município, incluindo recuperação viária, adequações de passeio público, iluminação e qualificação do espaço urbano, o que evidencia a existência de conexão técnica e funcional entre as parcelas materiais do objeto.

O parcelamento, embora admissível quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, nesta hipótese tende a comprometer a eficiência da execução, pois demandaria múltiplas contratações para atividades que precisam ser coordenadas de forma simultânea ou sucessiva dentro de uma mesma lógica executiva. Tal divisão poderia gerar dificuldades de compatibilização entre frentes de trabalho, aumento do risco de atrasos, conflitos de responsabilidade entre contratadas, maior complexidade na fiscalização e prejuízo à padronização dos serviços executados.

Além disso, a execução concentrada em contrato único favorece a unidade de planejamento, o controle dos prazos, a responsabilização da contratada pelo resultado global e a melhor gestão administrativa da obra, especialmente em objeto com prazo, escopo e finalidade previamente definidos. Também contribui para maior racionalidade na mobilização de equipe, equipamentos, materiais e acompanhamento técnico, reduzindo entraves operacionais e administrativos.

Sob o aspecto do interesse público, a contratação em lote único mostra-se mais adequada por preservar a integridade funcional do objeto e ampliar a probabilidade de entrega satisfatória do resultado pretendido, com maior segurança técnica e administrativa. A divisão do objeto, neste contexto, não representa ganho efetivo de competitividade suficiente para superar os riscos decorrentes da fragmentação da execução.

Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento da contratação, uma vez que o objeto é tecnicamente integrado, funcionalmente indivisível para fins de execução eficiente e sua fragmentação pode acarretar prejuízo ao planejamento, à fiscalização, à responsabilidade contratual e ao alcance do resultado de interesse público.



11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar a adequada execução da obra de revitalização e recapeamento asfáltico da entrada da cidade de Tarumã/SP, de modo a promover melhoria efetiva das condições de uso de área urbana estratégica para o Município.

Os resultados pretendidos concentram-se, em primeiro plano, na melhoria das condições de mobilidade urbana e segurança viária no local da intervenção, com reflexos positivos na circulação de veículos e pedestres, na redução de situações de risco e na ampliação da funcionalidade do espaço público.

Busca-se, igualmente, proporcionar melhores condições de acessibilidade, de forma a favorecer a utilização segura e adequada da área por toda a coletividade, inclusive por pessoas com deficiência, idosos e usuários com mobilidade reduzida, observadas as normas técnicas e legais aplicáveis.

Pretende-se, ainda, obter a qualificação urbanística do acesso principal do Município, com melhoria da organização do espaço público, da ambiência urbana e da identidade visual da entrada da cidade, contribuindo para a valorização do ambiente urbano e para a percepção de acolhimento e ordenamento territorial.

Como resultado institucional, busca-se assegurar a execução regular do objeto pactuado no Convênio nº 100640/2026, com observância das especificações técnicas, do cronograma físico-financeiro, da correta aplicação dos recursos públicos e das exigências de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

Também se pretende alcançar maior eficiência administrativa na execução do empreendimento, mediante contratação única e integrada, com definição clara de responsabilidades, padronização executiva e melhores condições de controle da qualidade, dos prazos e dos custos da obra.

Assim, os resultados pretendidos consistem na entrega de obra apta a atender ao interesse público envolvido, com melhoria das condições de segurança, mobilidade, acessibilidade, funcionalidade e qualificação urbana da entrada do Município, aliada à adequada execução dos recursos vinculados ao convênio e ao atendimento das finalidades públicas da contratação.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas, no âmbito da Administração Municipal, as providências administrativas e técnicas necessárias à adequada formalização da contratação e ao regular acompanhamento da futura execução contratual.



Deverá ser confirmada a conclusão da fase preparatória da contratação, com a consolidação dos documentos técnicos que instruem o procedimento, especialmente estudo técnico preliminar, termo de referência ou projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e demais peças indispensáveis à definição precisa do objeto.

Também deverão ser promovidas as verificações quanto à adequação orçamentária e financeira da despesa, com confirmação da disponibilidade dos recursos correspondentes, observadas as condições do convênio e a contrapartida municipal prevista para a execução do objeto.

No ambiente do órgão, deverá ser providenciada a formal designação dos agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento e pela gestão da futura contratação, inclusive fiscal do contrato, gestor contratual e, quando cabível, equipe técnica de apoio para acompanhamento da execução da obra, medição, controle de prazos e análise da conformidade dos serviços executados.

Deverá, ainda, ser assegurada a disponibilidade das condições administrativas mínimas para fiscalização e acompanhamento contratual, incluindo organização dos fluxos internos de comunicação entre os setores envolvidos, definição dos responsáveis por medições, liquidação de despesa, recebimento do objeto, controle documental e prestação de informações aos órgãos de controle e ao concedente dos recursos.

Antes da celebração do contrato, também será necessária a conferência da regularidade do procedimento licitatório, da habilitação da futura contratada, da compatibilidade entre a proposta vencedora e o orçamento estimado, bem como da manutenção das condições que fundamentaram a contratação.

Sendo a contratação vinculada a recurso proveniente de convênio, deverão ser observadas, ainda, as exigências específicas constantes do respectivo instrumento, inclusive quanto à documentação, prazos, identificação da fonte de recursos, movimentação financeira em conta específica e demais condicionantes aplicáveis à execução e à prestação de contas.

Assim, as providências prévias à celebração do contrato consistem, essencialmente, na organização administrativa, técnica, orçamentária e operacional do órgão, de modo a assegurar que a contratação seja formalizada com segurança jurídica e que a execução contratual ocorra em condições adequadas de acompanhamento, fiscalização e controle.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a execução do objeto, não se identificam contratações correlatas autônomas indispensáveis além da própria contratação principal, uma vez que os serviços necessários à entrega do resultado pretendido deverão estar compreendidos no escopo da



futura contratação, conforme definido nos documentos técnicos e no planejamento da obra.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução do objeto poderá gerar impactos ambientais típicos de obras de infraestrutura urbana, especialmente em razão da movimentação de materiais, utilização de equipamentos, transporte de insumos, intervenções no pavimento existente, instalação de elementos de infraestrutura e realização de serviços em área urbana com circulação de pessoas e veículos. Considerando que a contratação envolve serviços de requalificação urbana, recapeamento, calçamento, iluminação e intervenções complementares, os principais impactos potenciais estão associados à geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira e particulados, ruídos, interferências temporárias no tráfego e na rotina da vizinhança, consumo de materiais e insumos, além do risco de manejo inadequado de resíduos e sobras de obra.

No tocante aos resíduos, poderá haver geração de entulho, sobras de concreto, materiais asfálticos, embalagens, restos de materiais de construção e demais resíduos provenientes das etapas executivas. Como medida mitigadora, a futura contratada deverá promover a segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação aplicável e com as normas técnicas pertinentes, evitando descarte irregular em vias, áreas verdes, corpos hídricos ou locais não autorizados.

Com relação à poeira, aos particulados e aos ruídos, os impactos tendem a ocorrer de forma temporária durante a execução dos serviços, em especial nas fases de demolição, corte, recomposição, transporte e operação de máquinas e equipamentos. Para mitigá-los, deverão ser adotadas medidas como umidificação de superfícies quando necessária, controle da dispersão de materiais, manutenção preventiva dos equipamentos, limitação de operações mais ruidosas a horários compatíveis com a rotina urbana e observância das normas de segurança do trabalho e de sossego público.

Quanto aos impactos sobre a mobilidade e a circulação, a execução poderá ocasionar interferências temporárias no tráfego local e na circulação de pedestres. Como medida mitigadora, deverão ser previstos isolamento e sinalização adequados da área de intervenção, organização das frentes de serviço, execução por etapas, adoção de rotas seguras para pedestres e manutenção, sempre que possível, das condições mínimas de circulação e acesso durante a obra.

Também devem ser observados cuidados quanto ao uso racional de materiais e à prevenção de desperdícios, buscando-se maior eficiência no consumo de insumos e melhor controle dos quantitativos empregados. Na hipótese de supressão, manejo ou interferência em elementos vegetais, a execução deverá respeitar as exigências legais e eventuais autorizações dos órgãos competentes, quando cabíveis.

Além disso, devem ser adotadas medidas preventivas para evitar contaminação do solo e danos ao ambiente urbano, especialmente mediante correto



armazenamento de materiais, controle de vazamentos de combustíveis, óleos e lubrificantes, além da imediata contenção e saneamento de eventuais ocorrências.

Assim, os impactos ambientais decorrentes da contratação são, em princípio, localizados, temporários e mitigáveis, desde que a execução observe boas práticas de engenharia, gerenciamento adequado de resíduos, controle operacional do canteiro, sinalização apropriada, cumprimento das normas ambientais aplicáveis e atuação fiscalizatória efetiva da Administração.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

À vista dos elementos levantados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e viável para o atendimento da necessidade pública identificada.

A demanda está relacionada à melhoria das condições de uso de área urbana estratégica de acesso ao Município, com repercussões diretas sobre mobilidade, segurança viária, acessibilidade, funcionalidade e qualificação do espaço público. Nesse contexto, a contratação revela-se compatível com o interesse público envolvido e com os resultados que a Administração pretende alcançar.

Também se verifica que a solução definida é compatível com a natureza do objeto, com o regime de execução indireta, com o planejamento técnico desenvolvido e com a necessidade de observância das condições estabelecidas no convênio que ampara a execução do empreendimento. Além disso, há previsão de recursos para sua realização, com definição do valor global e da contrapartida municipal, o que reforça a viabilidade da contratação sob os aspectos técnico e financeiro.

As análises desenvolvidas quanto à necessidade da contratação, levantamento de mercado, ausência de parcelamento, estimativa de valor, providências prévias, inexistência de contratações correlatas autônomas e possibilidade de mitigação dos impactos ambientais indicam que a futura contratação possui fundamentos suficientes para prosseguimento, observadas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e contratuais pertinentes.

Dessa forma, o posicionamento conclusivo é favorável à contratação, por se tratar de medida apta a atender a necessidade administrativa identificada, com adequação ao interesse público, aos instrumentos de planejamento disponíveis e às condições técnicas e financeiras necessárias à sua execução.

Tarumã, 08 de abril de 2026.

Valdecir Francisco Aparecido Almeida
Supervisor de Programas



MAPA DE RISCOS

Secretaria: AgroObras

Objeto: Contratação de empresa de engenharia civil para revitalização e recapeamento asfáltico – Convênio nº 100640/2026

Data: 08/04/2026

RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Causa do risco	Consequências	Probabilidade da Ocorrência	Impacto	Apetite a risco	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável pelas ações de controle
Projeto incompleto ou deficiente	Planejamento	Falhas no levantamento topográfico/geotécnico	Aditivos, paralisações, retrabalho	Média	Alto	Baixo	Revisão técnica rigorosa; validação por engenheiro responsável; compatibilização de projetos	Revisão emergencial e reequilíbrio contratual	Setor de Engenharia / Fiscal do Contrato
Subavaliação de custos (SINAPI defasado)	BDI inadequado Planejamento	Falha na composição de custos	Pedido de reequilíbrio, atraso ou abandono	Média	Alto	Baixo	Utilizar referências atualizadas (SINAPI/CDHU); memória de cálculo detalhada	Revisão orçamentária e eventual termo aditivo	Setor de Engenharia / Financeiro
Dependência financeira do Estado	Execução	Trâmites burocráticos ou pendências documentais	Paralisação da obra	Média	Alto	Baixo	Acompanhamento contínuo do convênio; prestação de contas regular	Reprogramação do cronograma	Setor de Convênios / Financeiro
Execução fora das Especificações técnicas	Execução	Falta de controle tecnológico do asfalto (CBUQ)	Redução da vida útil da via	Média	Alto	Baixo	Ensaios tecnológicos; fiscalização rigorosa; exigência de ART	Refazimento de trechos e aplicação de penalidades	Fiscal de Contrato / Engenharia
Empresa sem capacidade técnica/financeira	Execução	Falha na habilitação ou má gestão da contratada	Rescisão contratual	Baixa	Alto	Baixo	Análise rigorosa da qualificação técnica e econômico-financeira	Nova licitação ou contratação remanescente	Comissão de Licitação / Jurídico
Infraestrutura subterrânea desconhecida	Execução	Ausência de cadastro técnico atualizado	Danos à rede pública, atraso	Média	Médio	Médio	Levantamento prévio com concessionárias	Ajustes no projeto e recomposição emergencial	Engenharia / Concessionárias
Chuvas intensas durante execução	Execução	Período inadequado de execução	Atraso e perda de material	Alta	Médio	Médio	Planejamento sazonal da obra	Prorrogação de prazo contratual	Fiscal do Contrato
Base comprometida da via	Execução	Drenagem insuficiente ou inexistente	Afundamentos e patologias no pavimento	Média	Alto	Baixo	Inspeção prévia e correção da drenagem	Intervenções corretivas localizadas	Engenharia
Pagamento por serviços não executados corretamente	Execução	Falha na fiscalização	Dano ao erário	Baixa	Alto	Baixo	Conferência rigorosa das medições; diário de obra	Glosa de valores e abertura de processo administrativo	Fiscal / Controle Interno
Descumprimento de prazos	Execução	Má gestão da obra pela contratada	Comprometimento do convênio	Média	Alto	Baixo	Cronograma detalhado com marcos; reuniões periódicas	Aplicação de multas e prorrogação justificada	Fiscal / Gestor do Contrato
Execução inadequada das camadas	Execução	Falta de controle tecnológico	Deformações e fissuras	Média	Alto	Baixo	Ensaios de compactação e controle de qualidade	Refazimento das camadas	Engenharia / Fiscal
Falhas no processo licitatório	Licitação	Erros no edital ou julgamento	Impugnações, anulação do certame	Baixa	Alto	Baixo	Revisão jurídica e técnica do edital	Republicação do edital	Comissão de Licitação / Jurídico
Risco ocupacional na obra	Execução	Falta de EPIs e gestão de segurança	Paralisação e responsabilização	Média	Médio	Médio	Exigir PGR e cumprimento das NRs	Afastamento e adequação imediata	Contratada / Fiscal
Interdição da entrada da cidade	Execução	Planejamento inadequado de tráfego	Congestionamentos e insatisfação pública	Alta	Médio	Médio	Plano de sinalização e desvio	Ajustes operacionais e comunicação pública	Engenharia / Trânsito
Descumprimento das exigências do Estado	Pós-Execução	Falhas na prestação de contas	Suspensão de repasses / devolução de recursos	Baixa	Alto	Baixo	Gestão documental rigorosa	Regularização junto ao órgão concedente	Setor de Convênios / Controle Interno

IMPACTO	5	Extremo	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito baixo	1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Extremo
			1	2	3	4	5
			PROBABILIDADE				

Apetite a risco	Escala	Peso
Inaceitável	Extremo	5
Alto	Alto	4
Tolerável	Médio	3
Baixo	Baixo	2
Muito baixo	Muito Baixo	1

Valdecir Francisco Aparecido Almeida
Supervisor de Programas

Certifica-se que a elaboração do mapa de riscos do presente documento, materializa e contempla o gerenciamento de riscos da presente contratação e que o mesmo cumpre as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), bem como do Decreto municipal nº 3.001/2023 (Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21 no Município de TarumãSP).



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CE30-CD61-AA6B-2359

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALDECIR FRANCISCO APARECIDO ALMEIDA (CPF 138.XXX.XXX-08) em 09/04/2026 08:15:17

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taruma.1doc.com.br/verificacao/CE30-CD61-AA6B-2359>